



Instituto Politécnico
de Castelo Branco

Instituto Politécnico de Castelo Branco

Ramos, Eduardo Fernando Ribeiro

**Prevenção de incêndios florestais : estudo na área
da Administração Florestal de Mondim de Basto**

<https://minerva.ipcb.pt/handle/123456789/1261>

Metadados

Data de Publicação	1991
Resumo	A floresta constitui uma das riquezas naturais do nosso País. Para além do seu valor económico directo, emprega vários milhares de Portugueses e proporciona condições ambientais e paisagísticas que não têm preço. A floresta pode ter um papel de protecção da natureza, da vida animal e dos solos, ou então ser destinada à produção de madeira e outros derivados. Em qualquer dos casos, vai desempenhando aquelas funções ao longo dos anos do seu crescimento e formação, a troco de pouco trabalho do Hom...
Tipo	report
Revisão de Pares	Não
Coleções	ESACB - Produção Florestal

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-05-04T17:47:17Z com
informação proveniente do Repositório



ESCOLA SUPERIOR AGRÁRIA
INSTITUTO POLITÉCNICO DE CASTELO BRANCO

Prevenção de Incêndios Florestais

Estudo na área da Administração Florestal de Mondim de Basto

PRODUÇÃO FLORESTAL

Relatório do Trabalho de Fim de Curso

Eduardo Fernando Ribeiro Ramos

CASTELO BRANCO

1991

ÍNDICE

ÍNDICE.....	IV
Agradecimentos.....	V
INTRODUÇÃO.....	7
1. ANÁLISE DAS ESTATÍSTICAS DOS INCÊNDIOS FLORESTAIS.....	10
1.1 ÁREA FLORESTAL NACIONAL.....	17
1.2. OCUPAÇÃO FLORESTAL.....	18
1.3. A ECONOMIA DO SECTOR FLORESTAL.....	20
1.4. ÁREA FLORESTAL DA ADMINISTRAÇÃO FLORESTAL DE MONDIM DE BASTO.....	21
2. INTERPRETAÇÃO DE FENÓMENOS FÍSICOS E QUÍMICOS DO FOGO.....	23
2.1. FACTORES QUE INFLUEM NO COMPORTAMENTO DO FOGO.....	25
2.1.1. COMBUSTÍVEIS.....	25
2.1.2. TOPOGRAFIA.....	26
2.1.3. METEOROLOGIA.....	27
3. DESCRIÇÃO DOS ASPECTOS ECOLÓGICOS E FISIAGRÁFICOS DA ÁREA.....	31
3.1. FISIOGRAFIA.....	31
3.1.1. TOPOGRAFIA.....	31
3.1.2. GEOLOGIA E LITOLOGIA.....	32
3.1.3. PEDOLOGIA.....	32

3.2. CLIMA	33
3.3. VEGETAÇÃO	35
4. DEFINIÇÃO DAS ÁREAS QUEIMADAS EM 1990 NO PERÍMETRO FLORESTAL DE MONDIM DE BASTO.	37
4.1. DESCRIÇÃO DO INCÊNDIO	37
5. AVALIAÇÃO DO PERIGO DE INCÊNDIO.....	39
5.1. ÍNDICE DE PERIGO DE INCÊNDIO.....	39
5.2. ESTAÇÃO NORMAL DE INCÊNDIOS.....	42
6. ESTUDO DAS MEDIDAS DE PREVENÇÃO PARA O PROJECTO DE REARBORIZAÇÃO.....	46
INTRODUÇÃO	46
6.1. CONCEITO DE PREVENÇÃO	47
6.2. ORDENAMENTO DAS PLANTAÇÕES.....	48
6.3. LIMPEZA DE POVOAMENTOS	50
6.4. REDES DIVISIONAIS.....	52
6.4.1. ACEIROS.....	53
6.4.2. CAMINHOS FLORESTAIS	54
BIBLIOGRAFIA.....	57
ANEXOS	59

INTRODUÇÃO

A floresta constitui uma das riquezas naturais do nosso País. Para além do seu valor económico directo, emprega vários milhares de Portugueses e proporciona condições ambientais e paisagísticas que não têm preço.

A floresta pode ter um papel de protecção da natureza, da vida animal e dos solos, ou então ser destinada à produção de madeira e outros derivados. Em qualquer dos casos, vai desempenhando aquelas funções ao longo dos anos do seu crescimento e formação, a troco de pouco trabalho do Homem.

Durante este período a floresta está sujeita a inúmeros perigos. Em países de clima semelhante ao nosso, com verões quentes e secos e por vezes prolongados, o fogo constitui a principal ameaça para a floresta. O fogo coexiste com a floresta desde há milhares de anos e desempenha até alguns aspectos benéficos no seu ciclo de vida. Mas se ultrapassa determinadas proporções ou se torna descontrolado, constitui um inimigo terrível para a floresta.

“Cerca de 3% da área florestada está sob administração directa do estado, quer através da Direcção Geral das Florestas, quer do Serviço Nacional de Parques e Reservas e Conservação da Natureza. Uns 16% da área florestada depende das comunidades locais e a restante área constitui propriedade privada de um grande número de particulares. Este facto origina uma partição muito grande da floresta, sobretudo nalgumas regiões, o que tem dificultado o emprego de medidas racionais de ordenamento e protecção florestal, nomeadamente contra incêndios florestais. Felizmente assiste-se hoje em dia a uma modificação deste estado de coisas, graças a um elevado conjunto de circunstâncias e de medidas estruturais.”

Nas nossas condições ambientais, são relativamente raros os incêndios causados por fenómenos naturais sendo a esmagadora maioria dos casos produzidos directa ou indirectamente pela acção humana. Se bem que não sejam conhecidos com rigor as causas de um significativo número de incêndios, é seguro poder-se afirmar que a negligência constitui uma das causas mais importantes. Significa isto que as pessoas não avaliam por vezes bem as consequências das atitudes ou descuidos que têm a respeito da floresta, pelo que se torna necessário uma longa acção de sensibilização e de educação. Não se pode deixar de ter presente a acção intencional, que revela uma atitude doentia, que não é fácil explicar, mas que é preciso conter e dissuadir.

Como refere Silva (1989), as alterações socioeconómicas profundas que se deram principalmente nas zonas de economia mais deprimida da montanha, criaram condições para o aumento do risco de incêndio. De facto, a partir da década de 60 deu-se

uma rarefação da mão-de-obra rural pela emigração para os países mais desenvolvidos da Europa que teve fortes repercussões no equilíbrio do ecossistema existente, o corte de matos para as camas dos gados e produção de estrume foi progressivamente abandonado; o pastoreio extensivo na montanha e a utilização do fogo no Outono ou Primavera para alimentação das espontâneas menos apetecíveis e aparecimento de tenros renovos, mais ricos em proteínas e elementos minerais, caiu em desuso.

Acresce ainda que o clima Português é caracterizado por um longo período sem chuvas, baixas humidades relativas e elevadas temperaturas do ar, que ocorre normalmente de Julho a meados de Setembro.

A conjugação dos resultados da emigração com o clima desfavorável em época crítica, tem dado lugar a autênticas catástrofes em Portugal onde ardem anualmente algumas dezenas de milhares de hectares.

O Perímetro Florestal de Mondim de Basto infelizmente também tem sido nos últimos anos flagelado pelos incêndios.

Na época estival, como por todo o país, deflagram incêndios que por vezes atingem grandes proporções de que resultam graves prejuízos, tanto económicos como ecológicos. É um facto incontroverso que a questão dos fogos em Portugal quase se circunscreve às regiões montanhosas. Na verdade, é aqui que se localizam as grandes manchas arbóreas de resinosas que quanto à sua vulnerabilidade ao fogo assumem particular acuidade. Além disto as condições orográficas são propiciadoras de uma rápida expansão dos fogos.

O propósito deste trabalho consiste na implantação de técnicas de prevenção dos incêndios florestais num projecto de rearboreização, porque pensamos que este é o primeiro e o mais importante passo na instalação de povoamentos florestais, tendo em vista a diminuição do risco de incêndios.

Segundo Botelho (1982), entre os tipos de medidas preventivas a eleger, merece destacado realce o estudo prévio e consciencioso da implantação dos povoamentos, de molde a que a sua comparticipação assente numa rede divisional que englobe as linhas de cumeada e as linhas de festo proeminentes, por representarem barreiras naturais à progressão dos fogos, pois basta, por vezes, apenas uma simples mudança de direcção dos ventos para provocar a sua extinção.

Por outro lado, o papel da rede viária não pode ser minimizado não só por constituir um importante factor de exploração florestal, mas também como pára-fogos, razão pela qual a sua concepção tem de obedecer a certos preceitos que visem harmonizar a sua dupla função, não esquecendo, porém, a racional ocupação do terreno.